

# DAVID HUME E SUAS INCONFESSÁVEIS RELAÇÕES COM MAQUIAVEL

DAVID HUME AND HIS UNCONFESSED RELATIONSHIP WITH  
MAQUIAVEL

**Nilo Henrique Neves dos Reis**

UEFS

niloreis@uefs.br

**Resumo:** Hume manteve perspectivas maquiavelianas em sua produção, porém, em lugar de expô-la, evidenciando seu débito, preferiu manter tal inspiração invisível aos seus críticos, impedindo a fácil identificação da influência do florentino em seus escritos. Não restam dúvidas de que o exame meticuloso dos escritos do escocês pode trazer à superfície tal aproximação de Hume com o florentino, que lhe dava argumentos para pensar nas demandas contextuais da Inglaterra. Além disso, a influência ocorre de diversos modos, não só pela aceitação de certas posições filosóficas, mas com o uso do vocabulário, pontos de interseção, recusa de teses, de sorte que o conteúdo das suas próprias posições gera constantes simultaneidades. A questão fundamental é: havia Maquiavel na produção de Hume? Por que não há uma confissão? O propósito desta composição é mostrar que David Hume tinha uma familiaridade com as obras de Maquiavel, estando tal presença disfarçada em seus escritos de modo não confesso.

**Palavras-chaves:** Hume; Maquiavel; Dissimulações; Inconfissão; Influência.

**Abstract:** Hume maintains Machiavellian perspectives in his production, but instead of exposing them by highlighting his debt, he preferred to keep such inspiration invisible to his investigators, preventing the easy identification of the Florentine influence in his writings. Having no doubt about the meticulous examination of the Scottish written documents can bring to the surface such a Florentine Hume, who argued for the contextual demands of England. In addition, the influence occurs in various ways, not only by accepting certain philosophical positions but by using vocabulary, intersection points, refusal of theses, so that the content of your next exhibitions generates multiple simultaneities. The fundamental question is: was there Hume production? Why isn't there a confession? The purpose of this text is to show that David Hume had a familiarity with Machiavelli's works, remaining such a disguised presence in his texts in an unconfessed manner.

**Keywords:** Hume; Machiavelli; Dissimulation; Non-confession; Influence.

Existe uma máxima muito comum em nosso mundo, que poucos políticos querem admitir, mas que é referendada pela prática de todas as épocas: *que há um sistema de moral concebido especialmente para os príncipes, e muito mais livre que aquele que deve governar as pessoas privadas*. [...]. O sentido dessa máxima política é, portanto, que, embora a moral dos príncipes tenha a mesma *extensão*, não tem a mesma *força* que a das pessoas privadas, podendo ser legitimamente transgredida por um motivo mais fútil

David Hume (T 3.2.11.3. p. 607)

O exame meticoloso da epígrafe de David Hume mostra que ele tem um posicionamento político semelhante ao de Nicolau Maquiavel. Na verdade, somos obrigados a perceber uma completa concordância entre o escocês e o florentino: as questões de Estado exigem que o ator político tenha uma flexibilidade moral distinta do indivíduo comum, afinal de contas, sua conduta como ordenador da coisa pública o obriga a entender várias dimensões da vida social, bem como suas implicações e efeitos nas questões econômicas, jurídicas e morais. A imperiosidade da vigilância, conclama uma prudência e, ao mesmo tempo, o modo de ação capaz de remediar as intempéries que ameaçam a ordenação da sociedade. Assim, a atitude objetiva é uma característica fulcral dos governantes, uma vez que, lidando com um número incontável de vontades e dos mais variados tipos de desejos, ele tem a missão incansável de garantir a ordem interna e externa, não perdendo a oportunidade que as situações concretas oferecem; o que seria difícil, por sua vez, para uma pessoa dominada por reticências morais.

Como se disse, no exame das particularidades da citação anteposta ao início do escrito há uma clara influência do realismo político<sup>1</sup> encontrado, principalmente, em

---

<sup>1</sup> Há diversas discussões acerca da origem e precisão conceitual do termo, como se vê em Friedrich Meinecke, John H. Herz, John Mearsheimer, Kenneth N. Walt, Hans J. Morgenthau, Max Weber e Leo Strauss, mas também há uma forte inclinação em reconhecer que no capítulo XV, de *O Príncipe*, Maquiavel expressou de modo claro esta abordagem ao pronunciar que na análise do fenômeno político se deva “ir direito à verdade efetiva da coisa” ao invés de deixar a fantasia ganhar contornos inusitados. Embora conceituada de muitas maneiras, tudo indica que um sentido, ao menos, possui um consenso entre os comentadores: o exercício da

Maquiavel. Logo, a abordagem do fenômeno político feita pelo escocês se insere no rol daqueles leitores que concordam com as perspectivas do florentino, embora o vocábulo MAQUIAVEL não seja citado em nenhuma parte do *Tratado da natureza humana* (doravante apenas *Tratado*), o que seria significativo para estabelecer o vínculo indiscutível.

Não se pode mensurar o grau de alcance que Maquiavel tinha sobre Hume, mas é evidente que já na epígrafe ele deixa claro que conhecia os escritos de Maquiavel e tinha a mesma compreensão política deste. Uma vez descoberto este traço não confessado do escocês, que através de inúmeras menções diretas e indiretas revela-se um leitor muito interessado nas obras do florentino, não se contendo apenas no *Príncipe* e nos *Discorsi* (abreviação dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*), muita coisa se ilumina, pois permite supor que Hume já lia Maquiavel bem antes de colocá-lo em seus diversos ensaios. Como se verá mais adiante, a análise do escocês gera efeitos que divergem da tradição filosófica, pois o *Tratado* questiona não somente noções da filosofia como também o próprio modo de se fazer filosofia. Ora, com isto, Hume questiona o saber e a forma que o conhecimento estava enraizado. A lucidez do escocês era perigosa à pele e/ou à reputação. E por conta desses caminhos sinuosos, era preciso um cuidado especial para continuar filosofando, já que sua perspectiva punha a teoria do conhecimento em suspeição no tocante à formulação da ideia inata, bem como na imaterialidade da alma e na identidade pessoal. Tais questões eram problemáticas, mas Hume abria uma porta nova para tratá-las, embora tomasse todas as precauções no modo de expô-las, conforme coloca em sua carta a Henry Home: “estou castrando minha Obra, ou seja, eliminando suas partes nobres, me empenhando para cometer o mínimo de infração possível” (Hume *apud* Klibansky e Mossner, 1969, p. 3). Este manifesto mostra como Hume procura evitar consequências desagradáveis para si com seus escritos. Ademais, se os temas filosóficos colocados no *Tratado* já eram inconvenientes ao escocês, posto que ofendia aos espíritos ortodoxos, imagine se além daquela enorme ousadia, apresentada com diligência e cuidado, Hume se

---

atividade política acontece entre conflitos, motivo pelo qual os atores políticos devem se ater apenas aos fatos como eles são, jamais imaginando como deveria ser. Com isto, entende-se que o conceito de realismo político parte do pressuposto de que toda ação humana política tem como fim último a conquista e a manutenção do poder para garantir a própria segurança do Estado. Neste sentido, o realismo se distancia das noções idealizantes de construir uma sociedade harmônica, com base em descrições imaginárias de como as pessoas deveriam ser. O realismo, ao contrário das visões utópicas, procura estudar minuciosamente a história e a natureza humana para descortinar que os interesses egoístas dos homens são os móveis da ação humana, justificando até mesmo o uso da violência e da astúcia para garantir o domínio político. Ver mais em artigo de Carlos Nunes Guimarães: Realismo político e conflitos In Revista de Filosofia *Griot*, v. 12, n.2, dezembro/2015.

mostrasse simpático ao homem que Satanás usou “os dedos” para conspirar contra a humanidade? (Pole, 2013, p. 122).

A análise da passagem em destaque no começo deste escrito faz perceber uma explícita relação entre o escocês e *O Príncipe* de Maquiavel, mas também permite pensar que talvez concorde com algo dos *Discorsi* “quando se delibera sobre a salvação da pátria, não se deve fazer consideração alguma sobre o que é justo ou injusto, piedoso ou cruel, louvável ou ignominioso” (Maquiavel, 2007b, III, 41, p. 443)<sup>2</sup>. Aliás, esta é a posição central contida na epígrafe, o ator político dar-se como tarefa a organização do Estado e, no decurso de sua missão, tem ciência que sua função traz uma ética particular que lhe impõe uma contingência na ação se as circunstâncias concretas ameaçarem o Estado. O ator político sabe que é preciso obrigar os indivíduos a se conformarem às regras para realizarem o bem comum, recorrendo, às vezes, a expedientes extraordinários que prometeu não fazer uso. Esta tarefa se tornaria impossível se o ator político estivesse limitado à moral do homem comum, pois este sempre esbarra no particularismo de suas necessidades, perdendo as dimensões da existência humana. Em um plano mais geral, Hume parece seguir “a verdade efetiva da coisa” (Maquiavel, 2007a, XV, p. 153), já que é um historiador e demonstra ser um realista político na medida em que o ator político precisa compreender o contexto especial de sua função, permitindo-lhe, por sua vez, uma moral condizente com suas atribuições.

Por conseguinte, Hume foi um bom observador das questões de sua época, imiscuindo-se e inovando em vários pontos. Graças ao conhecimento associado às lições da história e dos conflitos internos de sua nação, ele soube elaborar uma análise política da Grã-Bretanha que permitiu compreender as ilusões especulativas nas quais se fundamentavam os princípios dos partidos Whig e Tory. Esse entendimento está expresso em suas obras, principalmente nos *Ensaio Morais, Políticos e Literários* (doravante *Ensaio* e servirá como referência bibliográfica dos ensaios de Hume citados ao longo deste escrito). Seus escritos o colocam como um intérprete de seu tempo. O núcleo do pensamento político de Hume expõe uma série de críticas, sempre pensando na edificação da paz civil, na preservação do Estado existente e, acima de tudo, numa ordenação que garanta aos indivíduos o usufruto tranquilo de suas propriedades.

---

<sup>2</sup> Para identificar as referências a Maquiavel dos *Discorsi*, por conta do mesmo ano de *O Príncipe*, utilizo livro, capítulo e página.

Mais um indício que reforça a atenta leitura de Maquiavel, por parte de Hume, é trazido por David Fate Norton e Mary J. Norton. Em *The David Hume Library* (Norton e Norton, 1996, p. 111), eles afirmam que o escocês tinha as obras completas do Florentino em sua biblioteca. Já nas notas dos editores, da edição do *Tratado*, pela Oxford, David e Mary Norton (Hume *apud* Norton, 2011, p. 928)<sup>3</sup>, sugerem que há passagens com traços de Maquiavel. Nos *Ensaio*s do escocês, há uma série de citações incontentáveis ao florentino, como bem se observa em *Da liberdade civil* e *Do padrão do gosto*, sem esquecer os já aludidos: *Que a política pode ser reduzida a uma ciência* e *Ideia de uma república perfeita*.

Para além dos detalhes de sua construção filosófica, o que se busca nestas linhas é saber, claro, se os escritos de Nicolau Maquiavel servem de algum modo à produção política de Hume. Poderia parecer, à primeira vista, que, não constando este informe na autobiografia de Hume, tampouco em qualquer outro de seus escritos, este débito com o florentino não exista. Por inesperado que seja, na leitura dos *Ensaio*s é possível observar que Maquiavel é elogiado e ou criticado, evidenciando uma presença efetiva deste autor. No entanto, o que resta reconhecer é se as obras de Maquiavel fazem parte da constituição filosófica de Hume e, na medida do possível, identificar em que momento esta interlocução se iniciou. Nesta oportunidade, não se apontará o que Hume tomou de empréstimo clandestino do florentino para elaborar sua própria perspectiva. Nosso objetivo, antes de mais nada, é descobrir como se dá a relação entre os dois filósofos, ou ainda encontrar traços do florentino na produção política de Hume. Ao nosso sentir, são os seguintes indícios que apontam tal aproximação: 1) o conhecimento extenso de um escrito de James Harrington, que se apresentava como um influenciado por Maquiavel; 2) a familiaridade com escritos do florentino que iam muito além de suas obras mais conhecidas; 3) um determinado comentário de uma peça do Maquiavel que era incomum à época, porém, acima de tudo, a aparente compreensão de que esta peça era uma metáfora do jogo político do florentino; e, 4) a presença literal de referências diretas e implícitas a Maquiavel nas obras de Hume. Estes indícios servirão como uma espécie de confissão inconfessa, já que ela será informal, porém válida se, além das simultaneidades, forem encontradas outras aproximações. Logo, o objetivo é, primeiramente, saber se Hume foi um bom leitor de

---

<sup>3</sup> Edição Clarendon Press, em dois volumes. Na edição brasileira do *Tratado*, no livro III, parte II, seção VIII, 2001, p. 580, o tradutor utiliza “‘pai’ das cidades”.

Maquiavel, indo adiante do que conviria a um simples leitor, mostrando aquilo a que se deve sua inconfissão.



Antes de seguir adiante, é imprescindível lembrar que descobertas de Napoleone Orsini (Orsini, 1937) e de Mario Praz, em *Machiavelli in Inghilterra ed altri saggi* (Praz, 1943), bem como a carta de Reginald Pole (POLE, 2013) evidenciam que Maquiavel era lido na Inglaterra desde a época do reinado de Henrique VIII; mas não só em italiano, como também em língua local. É relevante apontar, por conta da má fama do florentino, que ele era lido sem que seus leitores admitissem este gesto. Estas indicações permitem compreender que, em 1640, o florentino já fosse bem conhecido dos ingleses, conforme assinala Felix Raab:

Maquiavel tornou-se mais relevante para os ingleses depois de 1640. Convenientemente, a partir de 1642, novas facetas de Maquiavel começaram a ser vistas, à medida que a realidade objetiva da política inglesa aproximava-se do âmbito maquiavélico do poder político *de facto*. (Raab, 2013, p. 215, grifo do autor)

De acordo com Raab, naquela quadra do tempo, havia uma produção de escritos políticos que tomavam Maquiavel como referencial, seja por parte dos defensores do monarca, seja por conta dos opositores do rei, o Parlamento. Nesta época, a fama de pernicioso do florentino foi atenuada, já que servia de aporte conceitual a ambos os lados. Talvez tenha sido nesta arena política que germinou o ambiente maquiaveliano plantado na era dos Tudors, pois, concomitante ao debate, ressuscitou-se a ideia de cidadania aristotélica para os autores que queriam o fim da monarquia e a instalação de uma república. Aos seus modos, Raab (2013) e Pocock (2003) mostram a contribuição que os escritos maquiavelianos trouxeram ao cenário político inglês, permitindo lidar com temas políticos por outros caminhos inusitados. De qualquer modo ou aspecto que se analise, não se deve desconsiderar que as pessoas mais despolidizadas tinham uma má interpretação do florentino, consoante Bongi (1897, p. 127-129). De tudo, importa afirmar que os escritos de Maquiavel eram uma chave para pensar a política, principalmente entre os autores inclinados a defender a causa republicana. Mas como havia posto Mario Praz, muitos liam o florentino, porém, de modo inconfesso. Com intuito de aclarar este raciocínio, cremos

que a frase de Thomas Jefferson, mesmo em uma fase distinta do tempo, sirva para ilustrar bem o caso para autores como Hume:

Na verdade, perante os meus olhos, não tenho outros senão Locke, Sidney, Milton, J. J Rousseau e Payne; essa é minha biblioteca inteira; eu queimei o resto, exceto Maquiavel, que todos os diplomatas possuem, mas não ousam confessar isso, e que os homens livres deveriam colocar lado a lado com a Declaração de Direitos. (Thomas Jefferson *apud* Paul Rahe, 2010, p. 209)

Bem entendida a posição de Jefferson, a leitura do florentino se impõe por ordem prática, porém, sabendo dos inevitáveis inconvenientes morais, é indispensável recorrer a disfarces. Ao contrário, com clara aproximação de pontos de vista, e com evidente admiração, encontram-se Francis Bacon e James Harrington, que não só foram sensíveis às ideias de Maquiavel, como as tomaram enquanto referencial para sua própria produção.

As peripécias de Hume para não se associar explicitamente a Maquiavel ganham um contorno inusitado com o ensaio da *Ideia de uma república perfeita*. Neste escrito, Hume analisa as posições postas por Harrington em *The Commonwealth of Oceana*. Sem adentrar em detalhes, mas levando em conta que Maquiavel (assim como Donato Giannotti – um florentino que tomou Maquiavel como alusivo em seus escritos) foi tomado como referência por Harrington, seria impossível um correto exame do ensaio se o escocês não conhecesse bem tais obras que Harrington tomou para si e que possibilitaram a construção do livro deste último autor. Não se tratava de alusões aos comentários, era imprescindível uma experiência patente com as obras de Maquiavel tomadas por Harrington (e também por Giannotti). Não se restringe apenas do vocábulo MAQUIAVEL, mas de tudo aquilo que era preciso conhecer para entender como as questões estavam sendo postas por Harrington. Como se vê, não se ocupa de indicações esquemáticas, mas de um tipo singular conhecimento que fosse capaz de dar a Hume uma ciência fundada na prova inquestionável da leitura do florentino. A essa experiência privilegiada, que parece ter sido fácil ao escocês, visto que o *Tratado* indica isso, sugere que Hume tinha intimidade com as obras de Maquiavel, pois soube lidar com Harrington já denominado de utópico à sua época, bem como, aproveitando-se do modelo de sociedade idealizado por aquele, pôs em análise uma discussão acerca da viabilidade de um governo estável em territórios de grandes extensões. Esta virada filosófica só ocorre graças ao conhecimento das obras e, ao mesmo tempo, por Hume ter uma compreensão de Maquiavel que o situa longe do entendimento de Harrington.

Mas deixemos Harrington de lado, ainda que seja mencionado espontaneamente em outros *Ensaio*s, tendo em vista que este vínculo entre Hume e Maquiavel, através de Harrington, não é uma evidência inquestionável. Ulteriormente, nunca é muito lembrar que, à época de Hume, o vocábulo “Maquiavel” era tóxico, provocando dissabores para quem enobrecia seu nome. Daí que seja prudente não se vincular às suas ideias, o que poderia levar Hume a não o mencionar em sua primeira obra, *o Tratado*. Aliás, na exposição de suas próprias perspectivas, Hume cultivava uma maneira de exibição na escrita que não ofendesse o público. Então, por que não colocar a palavra ‘Maquiavel’ nas sombras? Se já havia feito restrições com o ato de castrar suas partes nobres do escrito, por que não mais uma restrição confessional a um autor que todos liam, mas que pouco ousavam louvar em público? E isso ficou claro na mesma carta a Henry Home (Hume *apud* Klibansky e Mossner, 1969, p. 2). Hume tem receios por suas perspectivas, assim, ele se utiliza de contornos para se posicionar sobre questões perigosas naquilo que está escrevendo. O apelo à estratégia é óbvio. Por isso, Hume expõe com cuidado. Mesmo que tal ato lhe traga remorsos, ainda há os temores que tanto o afligem. O escocês sabe que deve tentar impedir o descontentamento de seus leitores com os grandes temas propostos ali no *Tratado*, evitando, assim, filiar-se a Maquiavel em uma particularidade restrita da obra, outro recurso para evitar impopularidade. De tudo quanto é exposto nessa carta, uma coisa é certa: Hume admite que esconde parte de seu escrito, que usa contornos e meios oblíquos para se expressar de modo a não desagradar o leitor. Este tipo de procedimento permitiria, quando mais, que sua argumentação fosse apresentada integralmente sem que as objeções no decurso da exposição fossem interrompidas.

Não há como notar o efeito das castrações e, ao mesmo tempo, ler uma manifestação feita isoladamente por Hume. Além da espontaneidade do escocês em relação ao florentino, percebam como o entorno reflexivo de Hume excede o respectivo tema filosófico quando se trata de Maquiavel, o que se permite visualizar quando escreve: “há uma passagem muita boa para seu propósito em Maquiavel [...]. Ele diz que Flanders é muito fria, uma Terra que não produzirá Milho, e que é dependente da França para seu Pão” (Hume *apud* Klibansky; Mossner, 1964, p. 32). Este raciocínio do florentino não designa outra coisa senão que há uma zona misteriosa, pouco explícita, do quanto Hume se dedica a conhecer as coisas de Maquiavel. E digo coisas, dada a ausência de evidências mais robustas que apontem Hume como um leitor singular do florentino. Além disto, esta correspondência amical, que não mantém qualquer articulação com um propósito filosófico interior ao pensamento político



do escocês, apenas mostra que Hume tem um vínculo com os escritos de Maquiavel que lhe permite estabelecer elos com outros temas. Torna-se imprescindível acrescentar que este comentário crítico de Hume não foi obtido nas principais produções do florentino, o que leva, por sua vez, a conjecturar que o escocês teve acesso a relatórios e/ou missivas do florentino. Ao final, a passagem, por estar dissociada da atividade política, revela um Hume cômico da produção maquiaveliana, capaz de entreter seu amigo com uma opinião do equivocado Maquiavel. É como se Hume tivesse sempre algo a mais a dizer acerca do florentino.

Do mesmo modo, sem qualquer correlação aparente com a posição política de Maquiavel, Hume escreve a Horace Walpole: “Fui seduzido, por exemplo, por todos os melhores historiadores, mesmo entre os modernos, tais como Maquiavel, Frapalo, Davila, Bentivoglio” (Hume *apud* Greig, 1932, p. 284). Para pensar, para escrever, um filósofo sempre toma modelos que lhe servem como interlocutores. E a questão da influência não é só dado percebido na menção direta de outro autor, mas também quando ele entende bem o que queria dizer este escritor, como foi no caso de Harrington, leitor de Maquiavel. Harrington, mesmo citando diversas vezes os florentinos (Maquiavel e Giannotti), comprovando que os leu, não mostra que compreendeu a abordagem do realismo político, ou, então, abandonou de propósito, o que não creio. No caso de Hume, não só aceita este posicionamento de Maquiavel como não acata as conclusões que Harrington adotou, mesmo tomando os florentinos como referenciais. Ao que resta claro, Harrington era um entusiasta das ideias de Maquiavel, todavia, não percebeu claramente as diferenças de que a perspectiva do florentino estava vinculada ao realismo político, o que produziria efeitos não condizentes com a abordagem imaginária que Harrington queria para sua Inglaterra. Ao desejar uma sociedade perfeita, Harrington se esqueceu de acentuar o peso do conflito conatural da espécie humana e a vontade de conquista mais e mais poder, elemento fundamental no pensamento político do florentino.

Todavia, quando pensamos que Hume sabe algo de Maquiavel, nada parece corroborar mais tal juízo do que a sua interpretação da peça *Clizia*, do florentino. Embora cite ‘CLÍTIA’ (Ensaio. p. 391-392), sua compreensão do enredo mostra que seu entendimento foi singular, posto que soube desencobrir diversas camadas colocadas por Maquiavel para que poucos soubessem aproveitar sua leitura além do riso. Na peça, a personagem que é o motivo do conflito entre pai e filho (Nicômaco e Cleandro, respectivamente) não é o fio condutor do enredo. Quem lê, fica convencido de que a paixão é o tema, mas, na verdade, é apenas o pretexto que desencadeia uma série de ações

envolvendo o uso da astúcia para ganhar o prêmio: Clizia, que sequer aparece na encenação. E Hume examina também o que pode ser percebido no seu comentário, a função do olhar dirigido à percepção do movimento e das limitações do expectante não acostumado com as tramas palacianas, podendo não compreender o retrato da arena política transposta na comédia, através de vida particular. Este é o truque do escritor que se mantém externo à trama, mas é o articulador consciente da narrativa. Outro leitor da peça do florentino, certamente ficaria satisfeito com o enredo da comédia em que um velho e um jovem, pai e filho, se apaixonam por uma moça que sequer aparece em qualquer da composição teatral. Mas Hume adverte que não é qualquer público que saberia apreciar tal espetáculo teatral, principalmente se não estivesse acostumado a lidar com sentimento de outras culturas sem abandonar os valores estéticos de sua nação. Hume não esgota a peça na sua comicidade, vai além do óbvio, entendendo a mensagem que não é clara aos leitores, afinal, a ideia de que ela integra a unidade do pensamento político de Maquiavel só poderia ser percebida por quem tem uma boa compreensão da extensão das ideias do florentino, já que toda sua produção tem um elo, em última instância, com a política. Cabe lembrar que Maquiavel entendia apenas da arte do Estado, conforme colocou em sua carta a Francisco Vettori<sup>44</sup>, em 9 de abril de 1513 (Machiavelli, 2014, p. 547). A leitura da peça e sua compreensão aguda sobre ela oferecem uma boa imagem de que o conhecimento do florentino, por parte do escocês, não é um caminho acidental, mas a perícia de um leitor acostumado com o raciocínio do florentino, e que conhece a sua técnica de recorrer a estratégias como de metáforas emprestadas da literatura para prosseguir em sua reflexão teórica da política, esquivando-se da vigilância das autoridades que governam Florença.

Como as peças de Maquiavel estão carregadas de posições políticas sub-reptícias, a maneira objetiva de Hume lidar com o reino da liberdade artística do florentino mostra uma sensibilidade com a imaginação narrativa quando, por exemplo, disfarçadamente, insinua uma luta pelo amor de algo que não é visto, que poderia ser o poder, já que não aparecendo é mais desejável do que aquilo que impressiona as retinas. Hume corrobora o juízo do florentino de que o que se busca se refugia por trás, nos bastidores. E quem procura entender o jogo da política e os passos de sua conquista deve saber lidar com os humores e seus efeitos, bem como entender que o lado exposto da política se assemelha ao teatro: o

---

<sup>44</sup> “Não sabendo raciocinar nem sobre a seda, nem sobre a lã, nem de ganhos nem perdas, me convém pensar sobre o estado e necessariamente tenho que fazer voto de ficar calado ou falar disto”.

que é mostrado já foi decidido nos bastidores, mas precisa ser encenado ao público para ganhar seu assentimento ou, então, fazer ajustes.

A essa altura, espera-se que o leitor, pelo menos, considere a possibilidade de que Hume tinha uma familiaridade com a produção de Maquiavel. Todavia, se não fossem suficientes tais apontamentos feitos até aqui, encontra-se ainda em Hume uma menção direta aos *Discorsi* de Maquiavel em uma das partes da *História da Inglaterra* (HE, V. p. 563). Essas atitudes de Hume nos reconduzem ao vislumbre de que ele tem uma aguda sensibilidade ao que diz respeito a Maquiavel, indo das obras mais conhecidas, de peça teatral a temas relacionados à análise política ou filosófica.

De fato, Hume mantém uma interlocução com Maquiavel que deve ser explorada a ponto de saber, com mais solidez, qual foi a contribuição do florentino para a formação crítica do escocês. Ao nosso sentir, neste momento apenas na superficialidade, este vínculo acontece através da tomada da abordagem do realismo político. A maneira como o escocês aborda o fenômeno político, começando pela aceitação do jogo do poder e do conflito, articulando-se no pressuposto de que os seres humanos são egoístas, perversos e não confiáveis parece, nesta quadra do tempo, ser o engajamento filosófico assumido com maior intensidade por Hume. Acrescenta-se a isso a ideia concomitante de que a ordenação da vida civil exige ações contrárias aos preceitos morais, bem como se mantém distante de idealizações de Estados e criaturas perfeitas. Nos *Ensaaios*, e em sua obra inaugural, Hume já havia tomado esta perspectiva. Ademais, uma leitura meticulosa *Dos primeiros princípios de governo*, Hume mostrará que já tem uma reflexão acerca de uma teoria de governo, na qual o domínio de uns poucos não ocorre apenas com o recurso da força, mas com facilidade quando ganha a aquiescência do povo; condição fundamental para que muitos sejam dominados por uma minoria. Outro aspecto ligado ao realismo político de Hume pode ser visto em *Dos partidos em geral*, quando atribui valor “aos legisladores” ao criarem “estados, que transmitem um sistema de leis e instituições para assegurar a paz, a felicidade e a liberdade das futuras gerações” (E. p. 155). Mais um traço do realismo político está na fundação dos Estados, que se deram pela “usurpação ou na conquista, ou em ambas” (E. p. 668), afinal, é força que cria e dissolve Estados. E continua: o consentimento não advém de nenhum contrato, mas é conseguido com o uso da violência e da fraude (E. p. 672). Este tipo de raciocínio evidencia traços do realismo político, posição que coaduna com a epígrafe. Ademais, *O Príncipe* traz em suas páginas os conselhos para conquistar e preservar um principado novo, mostrando que todo Estado começa com a usurpação, como subentende-se em Maquiavel. E mesmo que tais artificios sejam usados

para assenhorar-se de novos Estados, ao final, só o príncipe que funda o Estado que impõe a ordem alcança a glória, como aconteceu com Hierão de Siracusa. Portanto, não se trata apenas de sucesso militar, como exemplifica Maquiavel com Agátocles de Sicília<sup>5</sup>. Conforme à posição de Maquiavel, a glória do ator político é obtida quando seu triunfo permanece póstumo. E se no início foi indispensável o uso da violência, a verdadeira força se revela na fundação de instituições que molda as estruturas que garante à obediência as leis. Observe que a condição da paz precede o estágio de felicidade, pois, na verdade, sem a instalação da ordem que garanta a posse das propriedades e o seu usufruto não haveria vantagem alguma para se viver em sociedade. Daí o elogio ao legislador que conhece a natureza dos homens, que conhece bem a disposição dos homens a ser um “velhaco” para atender aos impulsos imediatos em prejuízos da segurança. Além disso, boa parte do esforço de Hume foi dedicado a desmitificar as crenças equivocadas dos dois partidos que, buscando apenas seus interesses particulares, ameaçavam a boa ordenação de um Estado que não tinha conseguido elaborar boas medidas para sua estabilidade. E Hume contemplou “fanáticos” entre tory e whigs com suas perspectivas zelosas defendendo posições facciosas que, ao final, estavam contribuindo para prejudicar o Estado, ainda que em seus discursos louvassem o bem público. Seja em *O Príncipe* ou nos *Discorsi*, a preocupação de Maquiavel estava na conservação da ordem interna e externa. Uma vez preservada tal ordenamento, garante-se a permanência do Estado que, em seguida, proporciona o bem-estar dos indivíduos. Todavia, é indispensável lembrar que o Estado é um corpo político formado de indivíduos com interesses múltiplos, cabendo ao Estado encontrar meios de conciliar os conflitos conaturais e, igualmente, valorizar a liberdade através das leis. E, às vezes, com o recurso à força quando necessário. É por conta disso que Maquiavel se torna significativo para Hume, e quem expressa este ponto de vista é Pocock (2003) quando escreve que:

O pensamento político se tornou absorvido pelo reconhecimento consciente da mudança nos fundamentos econômicos e sociais da política e da personalidade política [...] [e] essas mudanças na percepção surgiram através do desenvolvimento de um estilo neomaquiavélico, bem como neo-harringtoniano, na teoria da economia política. (Pocock, 2003, p. 423)

---

<sup>5</sup> Maquiavel deixa claro que o êxito militar de Agátocles não o coloca entre aqueles que devem ser louvado como fundadores de Estado e dotado de “virtù”, uma vez que cometeu diversas crueldades e atos de desumanidades com seus próprios concidadãos.

Os efeitos desses desdobramentos, de acordo com Pocock (2003), colocariam Locke e Hume como “os gigantes” na história da política inglesa, por perceberem a influência destes pensadores para a compreensão do fenômeno político. Graças aos ombros deles, Hume pôde entender como funcionavam os bastidores do poder, descobrindo que a corrupção – ferramenta que Robert Walpole usou – era o óleo da máquina estatal. E conhecendo os humores dos homens e a concupiscência dos seus desejos, foi consolidando o poderio da Inglaterra em meio às lutas intestinas das facções.

“Dos dois lados há fanáticos suficientes, que inflamam as paixões de seus partidários e, a pretexto de defenderem o bem público, só visam aos interesses e objetivos da facção a que pertencem” (E. 2004, p. 122). À luz das obras de Maquiavel, Hume compreendeu que a corrupção era perniciosa para a república, mas somente quando o Estado se torna bastante corrompido. Walpole era a evidência desta realidade objetiva, pois governou entre 1721 e 1742. Depois das observações políticas de Maquiavel, qualquer intérprete do fenômeno político, declarado ou não, que renúncia a imaginar repúblicas perfeitas e teorizações similares para construção de um Estado ideal e se concentra em encontrar o fundamento para o exercício do mando, deixando de lado concepções do que deveria ser o homem para lidar como o homem é, aceita algum traço do realismo político de Maquiavel: “os soberanos devem aceitar a humanidade tal como a encontram e não podem querer impor qualquer mudança violenta em seus princípios e modos de pensar” (E. p. 407). Graças ao realismo político, Hume percebeu que mais do que as virtudes ou vícios de um ministro, o que realmente importava era encontrar “um remédio contra a má administração” (E. p. 125). A preocupação do escocês centrava-se na reflexão do controle eficiente do poder, de forma que todo poder fosse controlado por outro, de modo institucionalizado, a ponto que pouco importaria se um mau ministro fosse alçado ao poder, sempre haveria mecanismos que dariam limites ao seu cargo. Este controle de freios e contrapesos, no qual a ordem das coisas assim seria instituída, não eliminava as controvérsias, porém trazia estabilidade através das leis. Esta posição coloca Hume próximo do realismo político.

Hume sempre parte da abordagem do realismo político para pensar o fenômeno político. Por isso, ele conhece o lado pernicioso das facções que desvalorizam o bem comum por zelarem apenas pelos seus interesses, esquecendo que a boa ordenação civil é, em última análise, o interesse de todos, afinal de contas: “o homem que só é suscetível à amizade, sem espírito público ou preocupação com a comunidade, é deficiente na parte mais concreta da virtude” (E. p. 122). E como na Grã-Bretanha não há mecanismos

eficientes para eliminar o poderio das facções, Hume sabe que é preciso um olhar atento às tensões internas que, indevidamente institucionalizadas, podem ser nocivas.

O facciosismo em si, por seu caráter subversivo, era um obstáculo real à boa ordenação civil. À luz das obras de Maquiavel, Hume percebe que “dos dois lados há fanáticos suficientes, que inflamam as paixões de seus partidários e, a pretexto de defenderem o bem público, só visam aos interesses e objetivos da facção a que pertencem” (E. p. 122). Aqui, Hume recorre à história, fonte do conhecimento da natureza humana, mas sabe que este ramo do conhecimento serve também para extrair os princípios do conhecimento político, que serve para compreender, em uma linha próxima a Maquiavel, que as lutas intestinas, quando não canalizadas para o bem maior, levam à ruína político-social. E ele pode interpretar este quadro hipotético por conta do pressuposto de que “a humanidade é tão semelhante, em todas as épocas e lugares, que, sob esse aspecto, a história nada tem de novo ou estranho a nos oferecer. Seu principal uso é apenas revelar os princípios constantes e universais da natureza humana” (IEH. 8.7. p.113). E esta observação foi conseguida pelo exame do passado, visto que é imprescindível conhecer que “a história não é somente uma região valiosa do conhecimento, mas abre as portas para muitas outras regiões, além de fornecer material para a maioria das ciências” (E. 2004, p. 785). A filosofia de Hume se reveste de camadas que podem ter sua inspiração nas obras do florentino, posto que “de um homem familiarizado com a história pode-se dizer que, de certa forma, ele viveu desde o princípio do mundo e fez contínuas adições ao seu estoque de conhecimento a cada século” (E. p. 785). Maquiavel havia escrito que era necessário aos atores políticos conhecer as condutas válidas dos homens para sua vida prática. Talvez seja uma coincidência acidental, todavia, ao apresentar a importância do conhecimento do passado, sua imitação no que diz respeito à natureza humana, ele se queixa de que “não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos” (Maquiavel, 2007b, Proêmio, p. 6). Logo em seguida, ele justifica sua inferência, no valor de conhecer a história, com base na visão de que “como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento. Ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente” (Maquiavel, 2007b, I, p. 7). A teoria de ambos repousa no pressuposto de que só se conhece aos homens refletindo sobre suas ações do passado. Este expediente garante uma solidez para outras interpretações. Assim, eles ensinam aos atores que organizam a vida civil que é considerar primeiro as atitudes dos indivíduos no decurso das eras para, em seguida, implementar suas ações.

Ao longo da história, diversos pensadores se preocuparam com o tema da corrupção na política e como ela contribui de modo pernicioso para arruinar a unidade do Estado. Para Skinner, Maquiavel e Hume, cada qual a seu modo, servem como modelos das

Duas principais linhas de abordagem [...]. Uma delas afirma que o governo será eficiente sempre que as suas instituições forem fortes, e corrupto sempre que seu maquinário não conseguir funcionar de maneira adequada (O grande expoente dessa concepção é Hume). A outra linha entende, ao contrário, que se os homens que controlam as instituições governamentais forem corruptos, as melhores instituições possíveis não terão como moldá-los ou refreá-los, enquanto, se forem eles virtuosos, a qualidade das instituições se tornará um tópico de menor importância (Skinner, 1996 p. 66).

Aqui não se discute os pormenores da interpretação de Skinner, mas sim que ao se preocuparem com a questão da corrupção, cada um dá um tratamento a ela. Não obstante, se Hume tinha de fato lido Maquiavel, talvez, sabendo como as paixões humanas agem, tenha preferido repousar sua confiança mais nas instituições fortes do que na *virtù* dos homens. Todavia, é imprescindível não esquecer que a liberdade e a boa ordenação são referenciais para Maquiavel e para Hume, e que, ambos, possuem uma compreensão da antropologia que provoca o móvel humano. A tênue demarcação entre conflito institucionalizado e facções que perturbam a ordem pública coexistem com o valor da liberdade e da ordem, no entanto, as circunstâncias concretas podem exigir medidas que ora se inclinam para um lado, ora para o outro. Afinal de contas, os regimes políticos são decorrentes das tensões geradas pelos humores, conforme dirá o florentino. No ensaio de *Que a política pode ser reduzida a uma ciência*, no qual Hume faz menções diretas a Maquiavel, ele escreve que “gostaria apenas de convencer os homens a não discutirem como se estivessem lutando *pro aris & focis* (por seus altares e seus lares), e a não transformarem uma constituição boa numa ruim, pela violência de suas facções” (E. p. 127). O escocês não quer perder a oportunidade para dizer que as facções representam um risco à ordem sociopolítica. Lido em concomitância com outros escritos que tratam dos partidos e, sobretudo, com o ensaio *Da superstição e do entusiasmo* é que se percebe a prudência de Hume ao levar em conta o estudo da história, sabendo que “avidez de obter bens e posses, para nós e para nossos amigos mais íntimos, é insaciável, infundável, universal e diretamente destrutiva para a sociedade” (T.3.2.2.12. p. 532). Assim, o interesse faccioso dos partidos abre o caminho para ações perniciosas para a Grã-Bretanha, o que levará o Estado à ruína, já que falta o “espírito público”. Esse desejo de cobiça e, ao mesmo tempo, a falta de interesse público pelo bem comum eram preocupações que afetavam a

ordenação civil, tanto em Maquiavel como em Hume. Dessa maneira, depois de grandes lições a favor da república, não deixa de ser ilustrativo que Maquiavel ponha no escrito que louva a República o seguinte trecho: “para que Roma se mantivesse livre naquele estado de corrupção, era [...] preciso que [...] um homem prudente” ficasse no comando (Maquiavel, 2007b, I, 18, p. 74-75). Quando o Estado se torna corrompido ao extremo, com desrespeito às leis e nenhuma consideração à *virtù*, “a solução passa a ser a instauração de um regime fundado em um único governante para que esse, com sua *virtù*, consiga recuperar a normalidade política da cidade e impedir a ruína certa” (Martins, 2007, p. 31). Esta proposição de Martins segue a linha de Gennaro Sasso (1980). De modo similar, Hume, um defensor da liberdade e, ao mesmo tempo, temerário quanto aos rumos do facciosismo presente na Grã-Bretanha, diria: “aqui declaro francamente que, embora certamente a liberdade seja preferível à escravidão, eu preferiria ver nesta ilha um monarca absoluto a uma república (E. p. 152). Tal sentença se deve à presença perniciosa das facções. E este é o problema para Hume. A história molda o presente. Por conseguinte, o realismo político do escocês prefere um governo absoluto em sua nação, mas por razões bem distintas dos princípios dos *tories*, pois este partido tenta se estruturar em uma ilusão incompatível às circunstâncias concretas impostas pela realidade de sua nação.

Hume não pode evitar de ser influenciado pelas obras que leu, o que sugere sua proximidade com questões tratadas por Maquiavel. Estava claro que o escocês tinha entendido bem o florentino. Ademais, ele tem uma percepção das condições políticas de sua época, uma arena política, na qual, alguns homens, agindo de maneira facciosa colocam em perigo instituições que não tem mecanismos para se proteger, o que poderia causar, por sua vez, a dissolução da ordenação política. Além disso, os humores, as discórdias cívicas, as facções, a reflexão da liberdade e boa ordenação conseguidas por um caminho ou outro são temas que se fazem presentes em ambos, embora cada um use um vocabulário singular e esteja incluído em seu próprio lance de tempo. De qualquer modo que se analise, as lutas intestinas (e zelosas), seja entre “o povo” e “os grandes”, seja entre *tories* e *whigs*, estão em suas divagações. Tanto um quanto outro conclamam aos “homens bons”<sup>6</sup> que sejam “moderados e coerentes” (E. p. 127) em suas solicitações. Decerto que Hume sabe da impossibilidade de controlar os desejos humanos, e deve ter se atentado para formas de

---

<sup>6</sup> Maquiavel, nos *Discorsi*, em três situações, sugere um tipo de educação cívica que promova um ânimo na plebe, vindo na *virtù* de homem um modelo de conduta que os bons queiram imitar em seus exemplos “e os maus se envergonharem em viver de modo contrário ao dele” (Maquiavel, 2007B, III, I, p. 308). Ver mais em artigo de Luiz Carlos Montans Braga: A *virtù* e a regra: nota sobre Maquiavel In Revista de Filosofia *Griot*, v. 13, n.1, junho/2016.



governos que surgem como decorrência dos humores, pois “o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir” (Maquiavel, 2007, p. 106-107). Mas, mesmo apontado para instituições sólidas, Hume podia apelar ao “espírito público ou preocupação com a comunidade” (E. p. 122). Hume, ao nosso sentir, procura convencer os dois partidos em disputa de que a moderação é o caminho que engradece o Estado, já que traz como resultado a estabilidade política e o usufruto tranquilo das posses. Por isso que “nenhuma virtude é mais apreciada que a justiça, e nenhum vício mais detestado que a injustiça [...]. Pode-se dizer o mesmo da obediência civil” (T.3.3.1.9. p. 616). O compromisso com o bem comum, a ordenação civil é, afinal de contas, do interesse de todos. Hume procura fundar uma concepção moderadora capaz de despertar a ciência de que política é uma manifestação das paixões, mas a boa ordem deve imperar para que as disputas políticas não se tornem discordâncias cívicas.

E estava claro para Hume que o caráter conflituoso das facções britânicas o preocupava muito, posto que os dois partidos disputavam o poder sem qualquer moderação e em desfavor dos interesses do bem-estar comum. Concomitante com a contenda, havia também a fragilidade das instituições, bem com leis não eficientes que as protegessem, somado ao instrumento da corrupção, que servia de óleo para o funcionamento da máquina pública. Tudo contribuía para a inquietação do filósofo. Estes temas são encontrados nos ensaios de Hume: uma reflexão teórica que pretende mostrar os equívocos políticos que estão ocorrendo e, igualmente, propondo a urgência de criar sistema de controle eficazes para evitar que as divergências dissolvam o governo. Parece que seu fulcral interesse era mostrar como a Constituição era frágil para encontrar e, ao mesmo tempo, convidar os dois partidos à moderação, a fim de que pudessem disputar o poder de modo equilibrado, engrandecendo o país e permitindo que forças antagônicas avivassem a liberdade civil. Tais assuntos estão na agenda do realismo político, principalmente porque não recorre a mecanismos e ideias de caráter idealistas e imaginários. A filosofia de Hume está comprometida com o realismo político, ainda que ele não assuma explicitamente. E, talvez, isso o leve ao florentino, a visão realista da política constava nas obras de Maquiavel.

Se Hume era um leitor inconfesso do florentino, os ecos do vocábulo MAQUIAVEL estavam ali, ainda que inaudíveis para uma sucessão de epígonos que, no ato da leitura, não consideram a influência que vinha de Florença, embora, —é bom lembrar—, tal influência viesse enviesada pela leitura de *Guicciardini* (T.2.2.8.17. p. 413, grifo do autor). Não temos a prova indiscutível de que a perspectiva política de Hume tenha sofrido alguma influência das obras de Maquiavel, contudo, no caso da corrupção, era

indispensável ao escocês que conhecesse bem os escritos do florentino, já que tal compreensão passava por uma série de escritos, como os “textos políticos menores” de Maquiavel (Martins, 2007, p. 30).

Não obstante, retornando ao vínculo da abordagem do realismo político, Hume escreve: “os escritores políticos estabeleceram como uma máxima que, ao se instituir qualquer sistema de governo, e ao se fixarem os diversos mecanismos de freios e controles da constituição, todo homem deve ser considerado um velhaco” (E. p. 141). Esta é uma observação típica do realismo político. É certo que Hume leu o florentino, pois, as suas ideias simplesmente não brotam no vazio, elas decorrem de suas experiências e, no caso dos filósofos, de suas leituras. Hume é um realista porque examina o mundo real, entendendo os limites, mas, acima de tudo, porque toma a experiência e a observação como a base de sua investigação. Nesse sentido, ele sabe que o juízo de “velhaco” se trata de uma máxima falsa, não sustentada à luz do passado, mas, ao mesmo tempo, sabe que as paixões humanas são espertas, por isso cabe ao ator político levar seu juízo mais distante, projetando uma legislação que resista a um mau ministro, às inclinações das opiniões reinantes, fomentando uma proteção às instituições a fim de que sejam capazes de promover a boa ordenação, a paz e o usufruto das propriedades, que só podem ser garantidas por uma sociedade que funcione com a aplicação da justiça. Afinal de contas, “foi, portanto, uma preocupação com nosso próprio interesse e com o interesse público que fez estabelecer as leis da justiça” (T.3.2.2.20. p. 536), “pois, sem justiça, a sociedade imediatamente se dissolveria, e todos cairiam naquela condição selvagem e solitária, que é infinitamente pior que a pior situação que se possa supor na sociedade” (T.3.2.2.22. p. 538).

Se Hume seguisse a tradição que interpretava as inúmeras discórdias cívicas como resultantes do afastamento da ordem harmoniosa difundida pela Igreja, o escocês poderia ressuscitar a concepção de que o governo segue para o fim que lhe é devido. No entanto, em uma linha próxima a Maquiavel, Hume incorpora traços do realismo político maquiaveliano à medida em que entende o mundo como fragmentado, cortado por forças conflitantes, no qual a função da política é gerenciar estas forças antagônicas, promovendo os interesses possíveis, sem buscar a “harmonia social ou da perfeição humana”. Aliás, este é um ponto que Frederic Whelan (2004, p. 3) retoma para apontar Hume como um leitor atento de Maquiavel. A visão defendida por Maquiavel se encaixa nesta perspectiva, por isso o legislador ciente de sua função sabe como funciona o desejo de cobiça dos homens e deve obstaculizar que na busca de seus interesses imediatos prejudique os seus

verdadeiros interesses: a paz e a ordem social. Como os homens vivem na mediania, e com dificuldades são completamente maus ou bons, o ator político deve governar com base na experiência e na observação, jamais se entregando aos voos da fantasia e conceber imagens de repúblicas ou homens perfeitos. E Hume concordaria com este ponto, principalmente que o legislador não deve se esquecer de que “a sociedade é absolutamente necessária ao bem-estar dos homens” (T.3.2.6.1. p. 565). E parte desta construção coaduna com os direitos da propriedade e o crescimento econômico que, junto com a liberdade, dentro dos limites das leis, colocam Hume como um realista político. Iguala-se ao florentino porque sabe que os conflitos humanos são conaturais à espécie, todavia a política tem como função o ordenamento da cidade, comungando com a perspectiva do realismo político e das razões de Estado.



De tudo quanto exposto, Hume não podia ignorar as contribuições políticas de Maquiavel vivendo em uma Grã-Bretanha ameaçada, na qual, aos olhos do escocês, a máquina pública era usada como ferramenta para favorecer uns e outros por meio da corrupção. Hume assistia à cobiça sem qualquer preocupação com o bem-estar coletivo ou uma visão à ordenação social, prejudicando as instituições, sobretudo as fragilizadas pelas lutas intestinas de facções imoderadas. Foi nessa arena política, disputada entre *whigs* e *tories*, que Hume percebeu que o facciosismo poderia engendrar uma instabilidade nas instituições. Era preciso guiar as “paixões naturais, ensinando-nos que satisfaremos melhor nossos apetites de uma maneira oblíqua e artificial e não por meio de seu movimento impulsivo e impetuoso” (T.3.2.6.9. p. 560). Hume tinha como propósito, é o que sugerem seus escritos, mostrar aos seus contemporâneos que a política defendida como se fossem seus “lares e altares”, pelo “entusiasmo” e pela “superstição”, era danosa à segurança do Estado. No seu modo de entendimento, a luta contínua e lesiva para defenderem apenas os seus segmentos políticos era prejudicial aos interesses da boa ordenação e, ao mesmo tempo, descortinava a “deficiência” de suas virtudes. Sem pesos e contrapesos constitucionais para corrigir tais imperfeições que podem levar à perda da liberdade e causar a escravidão, Hume, o defensor da liberdade como consequência da lei, abriria mão de parte de sua liberdade para que “um monarca absoluto” (ENSAIOS. p. 152) instituisse a boa ordenação. E, como foi colocado antes, não talvez por mera coincidência, Maquiavel havia posto no capítulo XVIII, do primeiro livro dos *Discorsi*, que repúblicas tomadas pela

corrupção exigem que o governo seja entregue a um só homem para refundá-las, evitando sua ruína. Esse ponto de vista permite que sejam usados remédios extraordinários para salvar o corpo político, afinal de contas, “há um sistema moral concebido especialmente para os príncipes” (T.3.2.11.3. p. 607), evidenciando a nítida inspiração em Maquiavel. Do quanto foi aclarado, tudo indica que o escocês tinha um débito com o florentino; e mais, que esta influência já tinha se manifestado lá no *Tratado*, porém, como havia percebido Mario Praz: de modo inconfesso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONGI, S. 1897. “Un aneddoto di bibliografia Machiavellesca”. In: *Archivo Storico Italiano*, 5ª Serie – XIX. Firenzi: G.P. Vieusseux.
- BRAGA, L. C. M.. 2016. “A virtù e a regra: nota sobre Maquiavel”. In: *Revista de Filosofia Griot*. Volume XIII, número 1.
- GREIG, J.Y.T. 1932. *The letters of David Hume*. Oxford: At the Clarendon Press.
- HUME, D. 2004. *Ensaio morais, políticos e literários*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- \_\_\_\_\_. 1983. *The History of England: from the Invasion of Julius Caesar to The Revolution in 1688*. 6 v. Indianapolis: Liberty Fund.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Deborah Danowski (Tradutora). São Paulo: UNESP.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Uma investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: UNESP.
- KLIBANSKY, R.; MOSSNER, E. C. 1969. *New letters of David Hume*. Oxford: At the Clarendon Press.
- MACHIAVELLI, N. 1971. *Clizia*. Firenze: Einaudi.
- MAQUIAVEL, N. 2007b. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2007a. *O Príncipe*. Edição bilíngue. São Paulo: Hedra.
- MARTINS, J. A. 2007. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. 196 p. Tese [Doutorado em Filosofia]. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NORTON, D; NORTON, M. J. 2011. Editors’ Annotations. In: *A Treatise of human nature*. Volume II. David Fate Norton and Mary J. Norton (Editores). Oxford: Clarendon Press.
- \_\_\_\_\_. 1996. *The David Hume Library*. Edinburgh: Edinburgh Bibliographical Society National Library of Scotland.
- ORSINI, N. 1937. “Elizabethan manuscript translation of Machiavelli’s Prince”. In: *Journal of the Warburg Institute*. Volume I, número 2.
- \_\_\_\_\_. 1937. *Studii sul Rinascimento Italiano in Inghilterra*. Con alcuni testi inglesi inediti (Firenzi: G. C. Sansoni).

- POCOCK, J.G.A. 2003. *The machiavellian moment*. Florentine political thought and the Atlantic Republican tradition. New Jersey: Princeton.
- POLE, C. 2013. Apología Ad Carolum Quintum Caesarem. In: *El Cardenal Pole de la política como virtud en tiempos de El Príncipe*. Madrid: Unión Editorial.
- PRAZ, M. 1943. *Machiavelli in Inghilterra ed altri saggi*. Firenzi: Tumminelli.
- RAAB, F. 2013. *The English Face of Machiavelli*. A changing interpretation 1500 – 1700. London: Routledge.
- RAHE, P. 2010. “Thomas Jefferson’s Machiavellian political science”. In: *Machiavelli’s liberal republican legacy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SASSO, G. 1980. *Niccolo Machiavelli, storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino.
- SKINNER, Q. 1996. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WHELAN, F. 2004. *Hume and Machiavelli: political realism and liberal thought*. Maryland: Lexington Books.

